**ATA N° 007/2023**

Aos sete dias do mês de novembro de 2023, às oito horas, reuniram-se no Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Urussanga, no Paço Lydio De Brida, número doze, centro da cidade, os (as) conselheiros (as): Maria Alice Julio Batista, Vanessa Lopes, Rita de Cássia Padoin, Andrei Leandro, Adroaldo Luiz Apolinário, Ana Paula Zappelini, Edna Zanin Lopes, Magali Albino, Marcia Echamendi Possamai, Sergio Roberto Maestrelli, Henrique Ernesto Godinho Bettiol, Adriana Pardi Corrêa e Luan Varnier. Como convidadas técnicas do conselho Marielle Bonetti, Michelle Bonetti, Marlene Zannin. Também participaram, o novo Secretário de Cultura, Turismo e Esporte, senhor Paulo Henrique Savio, acompanhado de Michele Bez Fontana, e a senhora Léia Mariot, representando a nova Associação Amici di Longarone, para a sétima reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. Não estando presentes e sem justificativas: Gilmar Trevisol, Henrique Viana da Silva, Manuela de Souza Fretta e Mauro Paes Correia. A presidente iniciou a reunião dando boas-vindas aos participantes e proferiu a pauta pré-estabelecida: Boas-vindas ao novo Secretário de Cultura, Paulo Henrique Savio; apresentação dos Conselheiros, o que esperamos da pasta e como colaboraremos, sobre os trabalhos que o conselho vem desenvolvendo, das demandas do setor cultural; boas-vindas ao Presidente da Associação Amici di Longarone, Senhor Luiz Antônio Fabro para falar sobre a visita da comitiva italiana a Urussanga e região; institucionalização do CMPCU; Caso LPG, lei 3.942 que estende o prazo, editais, mapeamento cultural, cursos para a população sobre projetos, pareceristas, execução, prestação de contas; Caso Aldir Blanc 2; Moções 1 e 2 a serem entregues as famílias dos artistas Aline Delayte e Everaldo Thomaz; Minuta sobre criação do Sistema Municipal de Cultura; entrega das demandas dos setores de cultura e de turismo ao Secretário e lista dos proprietários dos imóveis tombados na área urbana de Urussanga. Seguindo a pauta, a presidente deu as boas-vindas ao novo Secretário de Cultura, Turismo e Esportes, o Senhor Paulo Henrique Savio, desejando sucesso nessa caminhada. Paulo Henrique agradeceu, se colocou à disposição dizendo que o setor público está aberto para as sugestões, opiniões e as demandas do conselho. Colocou que a partir deste momento vai se concentrar no poder público, nas ações que até o momento era de uma Diretoria bem onerosa dos seus afazeres. Que hoje como Secretaria, será distribuído os trabalhos para ficar com um objetivo melhor para atender as demandas. Dando continuidade à pauta a Presidente fez a apresentação dos Conselheiros e a função de cada um, dentro das Câmaras setoriais. Informou que os conselheiros são colaboradores e que estavam fazendo um trabalho que não era a sua função. Com a pose do novo Secretário e a Secretaria sendo reestruturada, todo esse trabalho que até então vinha sendo feito pelos Conselheiros, será entregue a essa nova pasta. Apresentou os trabalhos que até então o Conselho vem desenvolvendo e atuando já que o mesmo foi institucionalizado. Cobrou a ausência do conselheiro Mauro, representante da administração e da Câmara de Legislação e Normas, além de ser o responsável pela transparência administrativa, não trouxe ao conselho municipal por duas reuniões consecutivas as documentações que comprovavam a institucionalização deste Conselho, causando assim a perda de tempo e desgaste dos conselheiros. A presidente deixou claro que cada conselheiro representa uma entidade ou um setor administrativo municipal, sendo responsável por trazer ao conselho tudo o que lhe é importante e levando as ações que lhe forem incumbidas por deliberação do mesmo. Na sequência, com a ausência do Presidente e da representante da Associação Amici di Longarone, até aquele momento, o vice-presidente Henrique Godinho Bettiol prontificou-se a explanar aos presentes que a diretoria é recente, e estão em processo de aprendizagem em quesito de divulgação da mesma e das ações. Informou que estão no conselho da cultura para colocar o Gemelaggio em evidência novamente e que estão trazendo novas ações, principalmente em relação a intercâmbio entre Urussanga e Longarone. Enfatizou que as ações e os eventos culturais realizados trazem retornos positivos ao Município. Relatou que como é o último mandato do Sindaco, Roberto Padrin, precisam aproveitar para elaborar projetos que beneficiem os nossos munícipes. Com a chegada da Senhora Léia, secretária da Associação, Henrique Godinho passou a palavra para que a mesma desse continuidade à explanação. Léia informou que antes eles eram vinculados ao setor público por serem funcionários públicos e agora precisaram se readaptar, para que a Associação continue forte e os membros da mesma, unidos. Henrique Godinho complementou dizendo que a Associação dos Amici di Urussanga está aberta a novas sugestões e que o grupo está aberto para todos os Urussanguenses interessados. Adroaldo achou importante essa abertura já que essa Associação pertence à população. Parabenizou os representantes e solicitou que os mesmos informassem aos demais sobre o projeto com a UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Léia expôs que quando o Gemellaggio comemorou os trinta anos, Fabro auxiliou para que procurassem Luciane Ceretta, Reitora da Universidade para fazer um trabalho em conjunto com o Município. Assim foi feito. A UNESC acatou a sugestão e solicitou que fosse feito um levantamento de tudo o que aconteceu e o que estava acontecendo em relação ao Gemellaggio. Depois desse levantamento foi feito um Fórum na Sociedade Recreativa Urussanga com o pessoal da cultura para alinhavar esse processo. Disse que todo esse material do levantamento sobre o Gemelaggio foi entregue em mãos para os representantes da UNESC. Informou que depois desse fórum, continuaram em conversação com os representantes da Universidade. Com a vinda da comitiva de Longarone a Urussanga, remarcaram uma reunião com o Prefeito de Longarone nas dependências da UNESC. Nessa reunião a UNESC passou o relatório dos trabalhos que foram realizados. Léia informou que a UNESC se comprometeu que até outubro de 2024, o Município estará com o projeto acontecendo, porém, o Pró-reitor José Otário Feltrin, urussanguense, é quem estará à frente de todo esse processo auxiliando. O mesmo deixou claro que para isso acontecer, precisará que o setor público esteja pronto para recebê-los, porque sem o auxílio do mesmo nada acontecerá. Léia esclareceu que o papel dos Amici di Urussanga é intermediar essas ações com o pessoal de Longarone. Que o grupo de whatshapp que era restrito, hoje está aberto a todos os interessados. Paulo Henrique lembrou que com a aposentadoria e saída do funcionário Newton Bortolotto, o Município ficou sem um representante legal. Desta forma, Longarone continua esse vínculo com o Bortolotto, até porque o Município não tem ninguém que fala fluentemente o italiano. Devido a isto, deixou claro que o poder público não está alheio a estas ações e está aberto às novas ideias. Leia complementou dizendo que a Associação faz questão desse vínculo com o poder público e sempre que possível é repassado aos interessados as demandas, e se o Prefeito precisar de algo é só entrar em contato. Que como secretária, os documentos acabam ficando sobre seu poder e do Presidente Fabro, em virtude de não terem uma sede própria. Paulo Henrique disse que como as Associações fazem um trabalho voluntário, acabam levando os documentos para suas casas. Maria Alice explanou que isto acontece também com os Conselhos. Léia relatou que no tempo em que trabalhava no parque, tinha salas vagas no Centro Cultural para que as Associações pudessem usá-las para reuniões e arquivamento de documentos. Com a reforma necessária no espaço devido as goteiras, cada Associação levou os documentos embora. Sergio solicitou que a Presidente encaminhasse por e-mail o projeto da UNESC para que ele possa avaliar. Disse que esse relatório foi feito ano passado e que a UNESC informou que apresentaria os resultados em sessenta dias e não apresentaram. Foi cobrado da assessora Andressa, porém não obteve retorno. Sergio expressou seu desejo de que a Associação mantenha o pique nos próximos meses, para que não aconteça “aquele esfriamento natural e que mantenha uma linha retilínea de atividades, e sempre com o fogo aceso, ” desabafou. Leia prometeu que será feito o possível para que esse projeto saia dentro do esperado. Maria Alice parabenizou a Associação pela ideia incrível e desejou sucesso. Solicitou que a Associação desse abertura aos adolescentes e jovens para que os mesmos sintam a necessidade querer fazer parte desse movimento. “Quando nossa geração se for, quem vai dar sequência?” desabafou. Léia informou que já conseguiram nas escolas estaduais do município, uma terceira língua, que é a italiana. Que já tem uma professora dando aulas de português e italiano. Dando continuidade à pauta Maria Alice falou sobre a institucionalização do Conselho e frisou mais uma vez a ausência do representante do conselheiro Mauro, que deixou a desejar em relação à transparência. Se o mesmo tivesse informado aos conselheiros desse decreto, não teríamos perdido tanto tempo e nos desgastado. Que a falta de informação gera muitos problemas. Que informação é tudo, frisou. Continuando a Presidente cobrou sobre a Lei do Conselho. Marlene informou que a lei é a de nº 2.485 de 2010 e é a que estamos atuando hoje, porém a mesma não é suficiente para podermos entrar no Sistema Nacional de Política Cultural. A presidente cobrou a demora do poder público em levar essa proposta para a câmara, pois ainda existem os trâmites internos da Casa Legislativa, para aprovação da mesma e retornar para a sanção do Prefeito. Lembrou aos presentes que com a mudança dessa lei, muda a possibilidade de participar de todos os sistemas estaduais e federais. Vanessa colocou que em reunião com o Prefeito, Leonardo do jurídico relatou que há um problema inconstitucional no último parágrafo, que é preciso haver a mudança e para isso precisam sentar para reavaliar. A presidente lembrou a todos que essa minuta se encontra com o jurídico desde junho, e que o mesmo já poderia ter feito isso. Paulo Henrique se prontificou em avaliar juntamente com o jurídico e ver em que ponto está e que os conselheiros não precisam entrar em contato com o setor público, ele o fará e assim que tiver uma posição entrará em contato com a presidente. O Secretário pediu um pouco de paciência em virtude de a secretaria estar sendo instituída agora. Manas solicitaram do Secretário um prazo, em virtude de que o da LPG está vencendo e até o momento não se tem nada de concreto. Maria Alice informou aos presentes que o primeiro passo é a minuta do projeto de alteração da Lei de nº 2485 de 2010, que precisa ir para a Câmara com urgência. A Presidente solicitou encarecidamente do Vereador Luan Varnier para que nos represente na Câmara, e informe aos edis a urgência da referida lei. Explicou aos demais como funciona esse trâmite: o projeto vai para a Câmara, é aprovada, volta para que o Prefeito sancione. Depois disso, o Conselho se reunirá e fará a constituição do novo conselho, já que terá esse poder. Feito isso volta para o jurídico e que faz o decreto com a institucionalização dos novos membros, para que funcione corretamente, conforme a lei estabelecida. Vanessa aproveitou para exemplificar aos conselheiros de como funciona hoje e de como funcionará com a nova lei depois de alterada. A lei hoje, é institucionalizada por entidades e a nova lei que o Ministério da Cultura preconiza, é que seja por representantes setoriais. Ficando assim, voltada realmente para a cultura. Manas cobraram do Secretário novamente sobre os prazos da lei e demais documentos. Paulo Henrique informou que já está sendo visto sobre a Lei Aldir Blanc 2. A Presidente informou que essa lei tem prazo para apresentação do Plano de Ação até o dia doze de dezembro, mas que priorizem também a questão do CPF – Conselho, Plano e Fundo – que esteja funcionando. Hoje, apenas o Conselho está instituído. Falta criar o fundo e montar o plano, e este é o que mais leva tempo. Caso o CPF não esteja dentro do que o MIC preconiza, o Município não receberá verbas para a cultura, pontuou a presidente. Paulo Henrique informou que a Prefeitura já contratou uma consultora para esse fim. Maria Alice informou-o que essa consultoria é para a Lei Paulo Gustavo, contratada com os recursos que a Lei permite de até 5% (cinco por cento) para gastos na contratação de operacionalização. Sergio falou em relação as ausências, que para o Conselho se manter forte, coeso e participativo é necessário fazer com o que é discutido em reunião seja implementado e resolvido, caso contrário, ficaremos girando igual a um CD e não sairemos do lugar. Deu exemplo de como a roda pública gira. Frisou que é necessário agir, porque o tempo flui. Em relação à pessoa do Leonardo do jurídico, o mesmo tem que agilizar e não ficar apenas marcando reuniões, frisou. Paulo Henrique perguntou ao Sergio de como ele agia nos 35 anos de gestão em que ele esteve presente. Sergio informou que agia dentro de um calendário retroativo. Nunca deixando para última hora, finalizou. Paulo Henrique disse que o Prefeito também trabalha com prazos, não sendo alheio. Manas perguntaram que prazos seriam esses, que gostariam de saber. Pois não está tendo um entendimento claro e estão misturando os assuntos. Precisamos deixar claro o que é prioridade neste momento, o que não podemos perder e que está batendo na porta, frisou. São essas coisas que precisamos saber. Continuando, as mesmas deram a ideia de que se precisa pontuar as necessidades mais urgentes e os prazos e entregar à Secretaria de Cultura. Deram exemplo da LPG Estadual que abriu as inscrições no dia 27 de outubro e encerrou dia 05 de novembro. “Quantos projetos entraram de Urussanga?” Não se sabe ainda, porque não saiu a lista dos habilitados, porém com certeza foram muito poucos. Por que não tiveram projetos de Urussanga? Questionaram. Precisa-se entender o que está acontecendo. Está faltando orientação? Oficina de projetos para orientar esse pessoal para buscar serviços? Isto é um ponto. Trazendo para o cenário municipal, com a LPG, porque não saiu o edital ainda? O que está faltando? A consultoria que a prefeitura contratou é para a LPG? Precisamos entender como está o andamento disso tudo e pontuar senão vamos ficar aqui discutindo e não vai sair do lugar, finalizaram. Paulo Henrique perguntou se a reunião do Conselho é para captar informações ou vem captar as informações ao longo do mês. Maria Alice informou que são as duas coisas. Que se poderia entregar as demandas hoje, mas por questão de respeito aos presentes, deu prioridade a tirar dessa reunião também alguma demanda e depois dar andamento. Luan aproveitou a oportunidade para informou que em relação ao tempo do Prefeito, o poder executivo e o poder legislativo são poderes que andam separados. São poderes independentes. O Prefeito delibera do projeto de lei e o legislativo tem a sua tramitação que também é demorada. Então, é necessário fazer essa ligação com o Prefeito para agilizar esse projeto de alteração da Lei, porque o legislativo também tem o seu prazo. Dependendo do relator que cair o projeto, pode demorar em virtude de o mesmo solicitar parecer jurídico e que pode atrasar o processo, perdendo esse prazo. Importante que o executivo agilize e solicite urgência. Luan solicitou ao Secretário Paulo, para que o mesmo converse com o Prefeito e que se agilize o quanto antes. Paulo Henrique informou que o Conselho tem um aliado, que ele fez parte do movimento cultural do Município a vida inteira. Que o Conselho pode vir desarmado. Adroaldo aproveitou o gancho de Sergio e das Manas, em relação à entrega das demandas urgentes ao Secretário e sugeriu que então se fizesse isso com urgência para que o executivo agilize. Adroaldo colocou ao Secretário que o Conselho não é inimigo e sim vem com o intuito de ajudar, que está contente com a institucionalização da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, que muitos dos que dos presentes estavam na câmara lutando para que a mesma existisse. O Secretário deixou claro que o Prefeito entendeu esse conselho com uma briga política, esse era o entendimento dele e que foi bem complicado. Luan fez o seguinte questionamento: Como briga política se o líder do governo faz parte do Conselho como titular, que é do partido do prefeito? Maria Alice informou que o líder da situação e conselheiro, José Carlos José, o Zé Bis, participa das reuniões, tem acesso às pautas e sempre se prontificou a levar toda e qualquer demanda, inclusive documentos até o prefeito. A conselheira Ana Paula pediu a palavra dizendo que é de fora do Município, moradora a pouco tempo, e mesmo começando agora, percebeu que as demandas do conselho são importantíssimas para a gestão cultural, e que está a muito tempo vivenciando as dificuldades do mesmo de participar juntamente com o setor público. Que as procuras e documentações à Prefeitura sempre foram para cobrar os prazos “e essa era e é a nossa preocupação”. “Sempre foi uma postura participativa e não política. Nós como agentes culturais, temos a capacidade de usar isso para beneficiar a nossa cidade, que tem que ficar bem claro isto”, finalizou. Maria Alice concordou com a conselheira e disse que a maior preocupação como funcionária, mas também como sociedade civil, são para com os fazedores de cultura, para as pessoas que trabalham com cultura, que vivem e sobrevivem dela, porque elas já estão completamente descredibilizadas do setor público, por um histórico cumprido, não só municipal. “Precisamos fazer essas pessoas acreditarem no sistema. A nossa prioridade hoje é que essa lei aconteça, que se institucionalize o CPF e o sistema aconteça e a gente possa dar sequência ao trabalho.” Continuando, informou que será encaminhado ofício ainda na mesma semana as demandas para o Secretário de Cultura, turismo e Esporte. Dando sequência à pauta, a presidente informou das deliberações de duas moções da Conferência Municipal da Cultura e que foram entregues e protocoladas ao Prefeito. As outras duas moções serão entregues às famílias dos artistas Aline Delayte e Everaldo Thomaz em cerimônia, que após discussão do conselho, ficou definida para o dia 29 de novembro de 2023, nas dependências da Câmara Municipal de Urussanga, a partir das 19:30 horas. Maria Alice lembrou que o conselho fez a sua primeira reunião em maio na sede do Rotary, no Parque Municipal, porém o conselho só foi instituído no mês de agosto. A mesma fez a seguinte pergunta ao jurídico do conselho: O que será feito dessas atas referente aos meses de maio a julho? Novamente, levantou o assunto referente ao representante do executivo Mauro e sobre o sistema que o mesmo ficou responsável de fazer para publicação das atas. Marlene informou que deverá ter um caminho direto com o jurídico. A mesma deu ideia de que o Secretário Paulo Henrique fizesse essa ponte para o andamento desse assunto. Manas reforçaram que esse assunto já foi deliberado em outras reuniões do Conselho e que Mauro tem essa missão de dar continuidade ao que foi decidido. Solicitado a cobrança desse material ao conselheiro. Manas lembraram sobre o que o estatuto diz em relação as faltas de conselheiros, que Mauro já faltou duas consecutivas e a terceira estará fora do conselho. Leia lembrou aos demais que Mauro é sozinho para atender as demandas da Prefeitura inteira, ficando difícil pegar mais serviços fora os que lhe compete. Todos concordaram, porém ele foi o indicado para o conselho e ele quem deu a ideia do sistema e prontificou-se a realizar. A presidente lembrou das resoluções deliberadas de maio até a institucionalização do Conselho, com isto as mesmas terão que ser com datas atuais, não podendo ser retroativas. Continuando informou das normativas da Fundação Catarinense de Cultura, ditando como os proprietários das casas tombadas devem proceder referente a poluição visual. Falou que houve uma reunião com o representante do DEPLAN e funcionários, referente a essas normativas. Nesse encontro foi sugerido uma reunião com os proprietários dos imóveis tombados, por serem os responsáveis e terem permitido que tudo isso acontecesse. Foi sugerido que se desse um prazo para que as pessoas possam ir se adequando e essa normativa. É fundamental que isso aconteça ainda este ano, porque ano que vem é ano eleitoral, lembrou. Paulo Henrique solicitou calma, em virtude de o comércio de Urussanga ser carente e que se desse vasão a coisas mais importantes. Manas informaram que a sugestão foi do fórum de educação patrimonial e que vem sendo discutido a muito tempo sobre este fato. Que aconteceu uma reunião orientativa com o Deplan e eles alegaram que por serem uma equipe jovem não tinham as normativas para guiá-los. Foi levado então, cópias das normativas e cartilhas educativas para conhecimento da equipe. O Secretário, Édson Manoel, juntamente com a equipe prontificaram-se a criar guias normativas e está sendo elaborado um documento interno para o uso da praça. As sugestões dadas não foram para punir e sim orientar que se criasse um fórum de educação patrimonial, para um estudo do que está sendo implementado e ver medidas para que se possa ter as adaptações necessárias. É uma necessidade urgente na cidade, porém é um trabalho a longo prazo por ser um trabalho que nunca existiu, por isto tem que começar uma caminhada dentro da educação patrimonial, concluíram. Maria Alice frisou a sua preocupação quanto as multas que serão aplicadas em relação ao descumprimento dessas normativas. Paulo Henrique relembrou acontecimentos da época em que foi Secretário de Cultura, em relação ao funcionário Newton Bortolotto, dizendo que o mesmo foi vítima desses discursos em relação à praça, que os proprietários dos imóveis achavam que era determinação do funcionário e o mesmo levou a culpa desses impasses, que vem sendo imposto, fica complicado. Adroaldo frisou a importância de despoluir a praça. Que as placas e outros objetos acabam obstruindo a beleza do patrimônio histórico da cidade. Maria Alice lembrou que as demandas seguirão e a função do Conselho em reunião é falar sobre os assuntos porque seguimos uma pauta, portanto nada é imposto, e complementou dizendo que essa Normativa da Fundação Catarinense de Cultura é de 2017. Andrei, representante do DEPLAN no Conselho, informou aos presentes que verificou a legislação conforme definido na reunião. Relatou que fez uma pesquisa no código de obras, no Plano Diretor e no Código de Posturas e a única coisa que encontrou nesses três documentos foi o seguinte: Na Lei Complementar nº 29 de 2020, do Plano Diretor, no título 5, do sistema e acompanhamento e controle, capítulo II, das instâncias de participação, Seção II, do Conselho do Município de Urussanga (COMUR) que hoje não existe, o artigo 210 diz que: compete ao Conselho, criar câmara temática para fiscalizar o uso, a destinação e obras em edificações históricas, ou seja essa fiscalização do patrimônio tombado é de responsabilidade dessa câmara temática que será nomeada pelo COMUR. Maria Alice questionou sobre esse artigo e diz que a Lei que prevalece é a do Estado. Manas disseram que existe a Lei Municipal nº 798/ 1991, que trata sobre o patrimônio e que fala sobre o livro tombo que até hoje não foi encontrado. Marlene interveio, dizendo que já foi decidido em reunião as demandas que deverão ser encaminhadas, portanto o conselho deve ater-se a estas deliberações. Que uma câmara técnica é natural que exista dentro da administração pública e que possa dizer com propriedade o que realmente é imprescindível. O COMUR deve nomear uma câmara técnica conforme rege a lei. O que devemos fazer é ver como será operacionalizado isto, frisou. Leia informou que essas questões sempre foram decididas, resolvidas e conversadas no DEPLAN, com os arquitetos do departamento, porém o responsável pelos projetos não tem o poder de decisão e a assinatura final não é dele. Em relação ao livro tombo, ela afirmou que ele existe e o mesmo fica guardado ou no DEPLAN ou no parque municipal pelo menos era assim até a saída dela, como também todo acervo. Explicou que antes da reforma do centro cultural, foi feito contato com cada setor da Prefeitura, para que fossem buscar seus documentos que se encontravam lá, que tudo foi protocolado e esse registro se encontra na casa da administração na pasta de ofícios. Relata que foi pessoalmente entregar os ofícios em cada setor e colheu as assinaturas. Hoje, como não trabalha mais lá, não sabe informar onde se encontram todo esse material. Informou também, que a Karina quando assumiu recolheu todo o material dos Conselhos e guardou na Prefeitura, inclusive o da Cultura, frisou. A presidente abriu para a plenária e o Sergio pediu um adendo dizendo que se o estatuto do Conselho diz que se a pessoa faltou três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, sem justificativa que seja exonerado dando lugar a outro e que seja justificado a substituição, na imprensa. Precisa se moralizar. Frisou que ele não discute pessoas, discute ideias e os contrários não o incomodam, porque elas o balizam. São os contrários que me fazem entrar no trilho e que Deus está no todo, mas o diabo está nos detalhes, frisou. Também disse que quando escuta que a prefeitura ou qualquer outro órgão público ficará responsável por algo, fica arrepiado, porque esses órgãos não existem, quem existem são as pessoas. Quando se dá nome, se sabe muito bem quem ficou responsável. Solicitou um documento das demandas e prazos. Solicitou também que fossem inseridos o seu relato de assuntos que já foram discutidos antes da festa do Ritorno e da festa do vinho e nada foi solucionado. Relatou que recebe muitas pessoas de fora que vem conhecer o parque municipal e sempre se depara com os entulhos. Solicitou ao Secretário, Paulo Henrique, que olhe com mais atenção o parque, principalmente no centro cultural, pois não consegue levar uma comitiva no museu em virtude da bagunça instalada lá. Disse que faz parte do Conselho de Desenvolvimento Rural e aproveitou para falar com o Secretário de Obras, o Sangaletti, porém o mesmo informou que está com problemas de máquinas para a operacionalização. O Conselho então se reuniu e conseguiu uma retroescavadeira da agricultura através do Sindicato Rural, para fazer uma operação de limpeza entre dois a três dias dentro do parque, para recolher todos aqueles entulhos. Como também na sede dos escoteiros, aos arredores da Praça D´ítália, do Centro Cultural entre outros. “O povo não pagou mais de cem milhões por aquela área para que a mesma sirva apenas para ser sede de entulho da secretaria de obras”, observou indignado. Disse também que conversou, cobrou e perguntou ao Sangaletti se o parque virou depósito de lixo da secretaria de obras e o mesmo respondeu que recebe ordens do Prefeito. Sergio pediu encarecidamente ao novo Secretário, para exija o nivelamento na frente do espaço da Rádio Marconi e no Centro Cultural que foi arrancado para colocar equipamentos na festa do vinho e não arrumaram. Em relação à Vindima Goethe, que está com nova diretoria e realizará um evento no parque, onde ficam os parreirais. Espera que em janeiro esteja tudo em ordem para receber as pessoas. Expôs sobre as placas indicativas do vinho, metade delas ainda estão empilhadas a deus dará. Precisam ser recolhidas, pois as mesmas custam muito caro e a preocupação é que essas placas acabem sumindo. Solicitou também, para que arrumem a entrada do parque, pois o acesso está difícil. Que seja dada uma solução para o San Gennaro em relação a reforma do mesmo, e que o Centro Cultural depois da reforma continua com goteiras dentro das salas. Leia informou que no projeto de reforma o telhado não foi contemplado. Que apenas lavaram com jato e acabaram deslocando as telhas do lugar. Dando continuidade ao relato, Sergio falou em relação ao Conselho Tutelar, disse não ter nada contra, porém o mesmo está no lugar errado. Que ali é um espaço conquistado pelo turismo e pela cultura, sendo um espaço que pode ser a sede das reuniões dos conselhos municipais da cultura e do turismo e também a Associação Amici di Longarone, além da volta da Loja Benedetta. Paulo Henrique informou aos conselheiros que na época em que foi Diretor de Cultura, fez oito reuniões com o pessoal que fez a gestão do parque de Blumenau e estavam em um bom andamento na época para fazer a gestão do parque de Urussanga. Disse que encaminhou um e-mail esta semana, para que se retome de onde parou e que se dê continuidade de como fazer a gestão do parque. Informou também, que pretende instalar a Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes na entrada do parque, para melhor direcionamento operacional. Léia informou que já tiveram essa experiência, porém não funcionou. Disse que a secretaria deve estar centralizada no coração do parque, que é a Casa amarela. “A Diretoria de cultura sempre foi responsável pelo parque e quando as pessoas procuram para conhecerem o mesmo, elas procuram pela administração lá dentro. Estando no coração acaba se enxergando o todo. Que ali na estrada, deverá funcionar uma central turística de informações e a loja benedetta, assim funcionará.” Leia concluiu dizendo que foi uma experiência que não deu certo. Levando a secretaria para a entrada é um complicador para quem trabalha, porque se corre pelo parque todo para dar suporte aos turistas e outros. Paulo disse que é um porta voz do povo e da administração e vai ter que acatar o que for decidido. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.